



## Contribuições da Relação entre Comunicação e Educação Ambiental para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação

Débora Menezes<sup>1</sup>

Recebido em 05/07/2013 – Aceito em 24/10/2013

**RESUMO** – Este artigo traz reflexões sobre a relação entre comunicação e educação ambiental, trazendo também o conceito de educomunicação, com foco na gestão participativa de unidades de conservação. A comunicação entre os atores sociais envolvidos na gestão participativa de uma unidade de conservação é apontada por gestores e autores como desafio. Acesso à informação, os significados e re-significados do que é comunicado e as consequências da interpretação e entendimento do que é comunicado fazem parte do processo de comunicação. A partir de exemplos das experiências de implementação de atividades de educomunicação e educação ambiental em três unidades de conservação do Extremo Sul da Bahia (Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Parque Nacional do Descobrimento e Parque Nacional do Pau Brasil), são apresentados alguns desafios de comunicação e como podem ser trabalhados para potencializar o diálogo e a circulação de conhecimento. As experiências realizadas mostram que é possível trazer os conceitos da educomunicação para as práticas que permeiam a educação ambiental e a comunicação nas UCs. Para isso, é preciso avançar no debate não só sobre educomunicação, mas sobre o que significa comunicação e educação ambiental no âmbito da gestão participativa. Esse avanço é possível por meio de políticas públicas incentivadas na prática, como a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA).

**Palavras chave:** comunicação; educação ambiental; educomunicação; gestão participativa.

**ABSTRACT** – This article reflects on the relationship between communication and environmental education, and bring the concept of educommunication, with a focus on participatory management of protected areas. The communication between the actors involved in participatory management of a conservation unity is pointed by authors as a challenge. Access to information, the meanings and remeaning of what is communicated, and consequences of the interpretation and understanding of what is communicated are part of the communication process. From examples of the experiences of implementation of educommunication and environmental education activities in three protected areas of Southern Bahia (Corumbau Marine Extractive Reserve, the National Park Discovery and Pau Brazil National Park), some communication challenges and how they can be worked to enhance dialogue and knowledge's circulation are presented. Experiences show that it is possible to bring the concepts of educommunication for practices that permeate environmental education and communication in protected areas. For this, we need to change the debate not only on educommunication, but about what communication and environmental education mean in the context of participatory management. This advance is being made possible through public policies's practice, as the National Strategy for Environmental Education and Communication (ENCEA).

**Key words:** communication; environmental education; educommunication; participatory management.

### Afiliação

<sup>1</sup> Laboratório de Jornalismo Avançado/Universidade Estadual de Campinas/(UNICAMP, , Campinas -SP, Brasil, 13083-873.

### E-mails

debieco@uol.com.br



**RESUMEN** – Este artículo trae reflexiones sobre la relación entre comunicación y educación ambiental, trayendo también el concepto de educomunicación, con foco en la gestión participativa de unidades de conservación. La comunicación entre los actores sociales envueltos en la gestión participativa de una unidad de conservación es apuntada por gestores y autores como desafío. Acceso a la información, los significados y re-significados del que es comunicado y las consecuencias de la interpretación y comprensión de lo que es comunicado forman parte del proceso comunicacional. A partir de ejemplos de las experiencias de implementación de actividades de educomunicación ambiental en tres unidades de conservación del Extremo Sur de Bahía (Reserva Extrativista Marina del Corumbau, Parque Nacional del Descubrimiento y Parque Nacional del Palo Brasil), son presentados algunos desafíos comunicacionales y como pueden ser trabajados para ampliar el diálogo y la circulación de conocimiento. Las experiencias realizadas muestran que es posible traer los conceptos de la educomunicación para las prácticas que de educación ambiental y comunicación en las unidades de conservación. Para eso, si necesita avanzar en el debate no sólo sobre educomunicación, pero sobre lo que significa comunicación y educación ambiental en el ámbito de la gestión participativa. Ese avance es posible por medio de políticas públicas incentivadas en la práctica, como la Estrategia Nacional comunicacional y Educación Ambiental (ENCEA).

**Palabras clave:** comunicación; educación ambiental; educomunicación; gestión participativa.

## Introdução

Em instâncias participativas no universo da gestão de unidades de conservação, se exige dos atores sociais envolvidos - principalmente as comunidades dentro ou no entorno das áreas protegidas - um grau de envolvimento que depende de organização coletiva e de entendimento de conceitos que envolvem a gestão ambiental da unidade. Essa organização depende de vários fatores (sociais, culturais, econômicos e políticos), e o acesso à informação é um fator que interfere tanto na organização coletiva, quanto na interação entre os atores sociais e o órgão gestor de uma unidade de conservação.

Porém, o entendimento de conceitos que envolvem a gestão da unidade está diretamente ligado não só à informação disponível, mas também aos significados e sentidos que cada grupo social tem sobre os temas ligados à gestão, sobretudo no que se refere ao uso dos recursos naturais dentro e no entorno da UC e ao próprio papel de cada instituição e coletivo envolvido nesse processo. Tudo isso influencia o diálogo entre estes atores sociais, em todas as instâncias participativas dentro da gestão – seja um conselho gestor, seja uma oficina participativa de um plano de manejo.

A partir deste panorama, algumas perguntas motivam as reflexões deste artigo, sobre a comunicação e seus desafios dentro da gestão participativa das unidades de conservação: que comunicação é essa? Qual é o seu foco: persuadir, convencer, ou compartilhar e compreender? Como potencializar a comunicação para o real diálogo? A fim de tentar responder estas perguntas, trago elementos da comunicação, da educação ambiental e da interface entre estes campos que caminham juntos naturalmente, mas cuja conexão ganha mais força com os elementos e reflexões trazidos pelo campo da educomunicação.

Faço essas reflexões a partir de experiências que envolveram a interface entre educação ambiental e comunicação no contexto de UCs federais baianas, as quais planejei e implementei, em consultorias realizadas junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) entre os anos de 2009 e 2012. Por meio de atividades de educação ambiental e produção coletiva de ferramentas de comunicação, a partir do que é recomendado na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), que veremos mais adiante, foi possível observar como se poderia potencializar a comunicação na gestão participativa, adotando um olhar diferenciado sobre a comunicação e sua interface com a educação ambiental. São reflexões amparadas por um referencial teórico dos campos da educação ambiental, da comunicação ambiental e ainda do campo de práticas metodológicas denominado educomunicação, o qual também será apresentado neste artigo.



As UCs em que atuei são a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e o Parque Nacional do Descobrimento, em Prado (BA), onde a consultoria teve como objetivo a produção de jornais comunitários com comunidades dentro e no entorno das UCs, em 2009; e ainda o Parque Nacional do Pau Brasil, em Porto Seguro, onde, entre outros, houve um processo de formação e planejamento de comunicação para o conselho gestor, oficina de fotografia e ainda a elaboração de jornal comunitário envolvendo conselheiros e comunidades do entorno do parque. Esse último projeto foi elaborado entre 2011 e 2012.

Espero que as reflexões presentes neste artigo tragam a comunicação para a gestão participativa ao centro do debate, e que contribua para que avance, na prática, em políticas públicas temáticas para as unidades de conservação, que tragam subsídios para os processos educativos na gestão pública da sociobiodiversidade.

### **Comunicação: ponto de partida**

Quando atuei em oficinas de educomunicação e de planejamento de comunicação junto a comunidades dentro e no entorno das UCs, no Extremo Sul da Bahia, estava incluído nos termos de referência de contratação a elaboração de jornais comunitários com o olhar dos próprios participantes. Poderia ser outro produto: um vídeo, uma peça de teatro, ou simplesmente um curso sem a obrigação específica da “entrega” de um resultado por meio de uma ferramenta qualquer. O jornal, considero, é uma justificativa para se trabalhar temas como cidadania, participação social e questões ambientais.

O processo de construção coletiva dos jornais implementado junto a comunidades dentro e no entorno de UCs envolveu a construção de oficinas, de 32h a 40h, utilizando metodologias conhecidas tanto na educação ambiental quanto na comunicação. Cada momento com o objetivo de ampliar uma troca entre os participantes sobre sua realidade local, uma vez que havia pessoas de comunidades rurais, indígenas, pescadores. E embora as contratações tivessem sido realizadas pelo ICMBio com financiamento de parceiros<sup>1</sup>, não houve a interferência das UCs sobre o processo de construção dos jornais. Isso foi bastante positivo para a posterior análise do que foi produzido nas pautas dessas publicações, e temas de debate envolvendo a unidade acabaram surgindo naturalmente, pois é uma realidade na vida das pessoas.

Uma das primeiras atividades das oficinas na Resex Marinha do Corumbau e no Parque Nacional do Descobrimento foi conversar sobre comunicação e seus desafios. Antes de apresentar o que os participantes trouxeram, apresento algumas referências para refletir sobre o que é comunicação.

Bordenave (1999) afirmou que a comunicação se confunde com a própria vida. Porém, com o desenvolvimento de novas tecnologias e das mídias de massa, nossa tendência é esquecer que a comunicação é a base das relações humanas, ou então confundi-la com as ferramentas de comunicação. É muito comum se pensar em um *blog* ou página no *Facebook* como solução para resolver um problema nessa área, como se essas ferramentas, por si só, solucionassem problemas comunicativos.

Do latim *communicare*, comunicação significa partilhar, tornar algo comum. E a forma como recebemos o que foi partilhado, o que repassamos ou não, o que entendemos, ou o que não queremos até mesmo entender, influencia o processo de comunicação. Embora ferramentas sejam necessárias, para a realização do ato de comunicar, é importante primeiro refletir sobre como se dá o processo.

---

1 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Projeto para Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros (PROECOS), financiou a consultoria realizada na Resex Marinha do Corumbau e do Parque Nacional do Descobrimento. Já o trabalho realizado junto ao Parque Nacional do Pau Brasil foi financiado pelo Projeto Corredores Ecológicos BA.

Isso ficou claro quando da primeira atividade das oficinas tanto junto a comunitários da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, quanto do Parque Nacional do Descobrimento<sup>2</sup>, quando perguntei ao coletivo o que entendiam por comunicação e os principais problemas que os participantes enxergavam em suas comunidades. Surgiram questões como a qualidade ruim do fluxo de informações, onde alguns comunitários apontaram a falta de compromisso de algumas lideranças em repassar informes que teriam tido acesso como representantes das comunidades em instâncias participativas, como as reuniões dos conselhos gestores das unidades. Também comentaram sobre o mau aproveitamento de ferramentas de comunicação, como o rádio, no caso da Resex Corumbau; porém, apontaram preocupação maior com a falta de circulação de informações, incluindo aqui a falta de retorno sobre trabalhos de pesquisadores realizados na unidade.

É importante destacar que esse entendimento sobre comunicação veio de comunitários que, em sua maioria, não participavam dos conselhos gestores de suas unidades, sendo uma provocação para que pensassem sobre a construção de um jornal. Já no Parque Nacional do Pau Brasil<sup>3</sup>, este exercício de pensar a comunicação foi realizado em outro contexto, o de planejamento de comunicação participativo, tendo os conselheiros diagnosticando o que significaria esse conceito. Muito do que estes conselheiros do Pau Brasil trouxeram, no entanto, é parecido com os desafios que foram citados anteriormente. Falta de comunicação entre os próprios conselheiros e suas comunidades, falta de acesso à informação sobre o parque e o seu plano de manejo, entre outros, foram apontados como alguns dos problemas. Não apontaram a falta de ferramentas como desafios, mas questões envolvendo o processo de comunicação.

Ruídos nesse processo referem-se a tudo o que pode atrapalhar a fluidez da comunicação entre pessoas, e entre estes e os coletivos que fazem parte, e ainda a relação com os órgãos públicos. Em outra etapa das oficinas realizadas nas três unidades citadas, a questão do acesso a informações também foi bastante citado.

A partir da adaptação do Diagrama de Venn, ferramenta utilizada em Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs) para observar as relações entre os atores sociais, as comunidades e as instituições que fazem parte de seu universo, os participantes das oficinas apontaram as instituições que conheciam e que se relacionavam com a comunidade, e o quanto estas instituições se aproximavam ou não das comunidades, no que diz respeito ao acesso a informações que essas instituições difundem. Poucos, entretanto, sabiam a função das instituições, e a maioria apontou a distância entre estas e suas comunidades. A diferença entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para todos, nem existia. Para a maioria dos participantes das oficinas realizadas nas três unidades de conservação, só existia o Ibama. Trata-se de um exemplo de ruído que interfere diretamente na gestão participativa das UCs, pois muitas comunidades ainda fazem uma leitura incompleta ou deturpada sobre a função dos órgãos ambientais, e isso é um fator que atrapalha a relação entre as UCs e os afetados por ela.

No Parque Nacional do Pau Brasil isso já tinha sido verificado em outro diagnóstico anterior à minha consultoria. Um relatório<sup>4</sup> que trouxe resultados de um diagnóstico realizado com comunidades no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil (e que motivou um dos projetos que

<sup>2</sup> Consultoria realizada em 2009, com apoio do Projeto para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros (PROECOS)/ Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). O relatório final da consultoria pode ser acessado em <<http://pt.scribd.com/doc/23695345/Relatorio-Educom-BA>>.

<sup>3</sup> Os detalhes da consultoria junto ao Parque Nacional do Pau Brasil estão reunidos na publicação Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa: Implementação de Atividades de Educomunicação Socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil. Bahia: ICMBio/Projeto Corredores Ecológicos. Disponível em: <[www.youblisher.com/p/375497-Educacao-ambiental-comunicacao-e-gestao-participativa-no-Parque-Nacional-do-Pau-Brasil](http://www.youblisher.com/p/375497-Educacao-ambiental-comunicacao-e-gestao-participativa-no-Parque-Nacional-do-Pau-Brasil)>.

<sup>4</sup> BIODIVERSITAS, Fundação. **Relatório das Reuniões – Diagnóstico com as Comunidades do Entorno do ParNa do Pau Brasil**. Produto integrado à elaboração do plano de manejo da unidade de conservação. 2009. Não publicado.



participei) aponta a falta de diálogo e de informação como uma das principais fontes de impacto para a unidade de conservação. A falta de entendimento sobre o papel das instituições públicas federais e estaduais, de acordo com a Fundação Biodiversitas (2009), ajuda a aumentar os ruídos nesse diálogo, pois, sem saber o papel das instituições públicas presentes em uma região, indivíduos e coletivos ficam de mãos atadas sobre como agir, decidir ou ao menos influenciar alguma questão que dependa dessas instituições.

Acesso à informação de maneira adequada é uma condição apontada por diversos autores como indispensável para a possibilidade de um efetivo controle social, ou seja, de gestão participativa. Jacobi (1996) defende as estratégias de participação e de acesso à informação, e destaca: “cidadãos bem-informados têm mais condições de pressionar autoridades e poluidores e de motivarem-se para assumir ações de co-responsabilização e participação comunitária” (Jacobi, 1996, p. 186). Furriela (2002) também destaca que só é possível a participação na tomada de decisão de maneira eficaz quando os públicos envolvidos são devidamente informados.

Diversos autores, além de Jacobi, criticam a aplicação dos conceitos de participação pública e de acesso à informação que estão postos. Zhouri *et al.* (2005) lembram que a política traz a necessidade de participar; porém, os instrumentos de participação (conselhos, audiências e consultas públicas) muitas vezes são negligenciados ou utilizados precariamente. Jacobi (1996) lembra ainda que o objetivo da participação - facilitar o contato do cidadão com as instituições do Estado, para que este leve em conta os diversos interesses e opiniões antes da tomada de decisões - tem muitas contradições e isso também influencia a comunicação no processo de gestão participativa (a exemplo da falta de entendimento do papel do conselho, como ocorreu no início das formações com o Parque Nacional do Pau Brasil), e podem desmotivar ou até mesmo inviabilizar o diálogo entre órgão gestor da unidade e comunidades envolvidas.

Uma outra observação feita a partir das oficinas da consultoria junto ao Parque Nacional do Descobrimento mostra, na prática, o que ocorria, à época (2009), na região. Comunitários do Riacho das Ostras, uma localidade no entorno do Parque, levantaram como tema de pauta do jornal comunitário a dificuldade em conseguir informações dos órgãos ligados às questões socioambientais locais. Mostra, ainda, o quanto muitos destes órgãos precisam avançar no entendimento da comunicação com seu público.

Uma moradora dessa comunidade visitou o então órgão ambiental estadual – Instituto de Meio Ambiente (IMA) da Bahia<sup>5</sup>, e questionou o responsável deste órgão, à época, sobre como adquirir licença para extrair “madeira caída”. O mesmo repassou a responsabilidade ao Ibama. A moradora do Riacho das Ostras ainda questionou o funcionário público do IMA sobre como as informações do órgão são disponibilizadas, e este prontamente lembrou que as informações estão disponíveis em *site* na internet. No entanto, a maioria das comunidades rurais da região não possui acesso a internet, e a distância do órgão em relação às comunidades dificulta o acesso a informações diretamente nas sedes dessas instituições estaduais, normalmente em cidades-polo.

Destaco, aqui, que garantir acesso à informação é papel dos órgãos que tratam de matéria ambiental. Esse acesso vai desde leis, normas e regulamentos, até resultados de pesquisas científicas, relatórios de monitoramento, decisões tomadas pelo poder público, documentos de licenciamento ambiental, entre outros. A Lei Federal nº 10.650/2003 (Brasil 2003) trata, especificamente, do acesso a dados e informações existentes nos órgãos e entidades que tratam de matéria ambiental, e esse acesso precisa ser garantido publicamente em diversos meios, não apenas na internet.

Poucos gestores públicos conhecem esta lei; o conhecimento maior é sobre a Lei Federal nº 12.527/2011 (Brasil 2011), mais recentemente divulgada e que regulamenta, de maneira geral, a acessibilidade dos cidadãos às informações públicas e à forma como essas informações devem ser

<sup>5</sup> Atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA).



disponibilizadas – garantindo, assim, o direito de acesso que já é previsto tanto na nº 10.650/2003 quanto na Constituição (o artigo 5º garante que todo cidadão tem direito de receber informações dos órgãos públicos em geral).

## Comunicação e educação ambiental

O grande desafio da comunicação para a gestão participativa, que percebi nas consultorias realizadas, é o de garantir que a população tenha acesso a informações ambientais, interagindo com essas informações, dialogando com os órgãos públicos e construindo um conhecimento que favoreça a gestão participativa, mas em processo de diálogo, e não simplesmente de convencimento ou de conscientização. Ou seja, garantir uma boa comunicação. E no caso do universo das unidades de conservação, qual é essa comunicação que se pratica? E mais: o que essa comunicação tem a ver com educação ambiental?

É importante lembrar que avançamos na construção de espaços públicos de debate sobre questões ambientais e participação social nos últimos 25 anos, em decorrência das pressões dos movimentos sociais, da própria Constituição de 1988, que prevê mecanismos de controle social, dos tratados de acordos mundiais, como os estabelecidos a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (mais conhecida como ECO-92).

Também houve avanço na reflexão sobre os processos e a natureza da comunicação realizada nestes espaços, para garantir o acesso ao conhecimento e sua utilização para mudanças em assuntos de interesse público, na sociedade. Nas questões que envolvem meio ambiente, alguns atores preferem até especificar o tipo de comunicação que se faz nestes espaços. Aguiar & Cerqueira (2012) especificam esta comunicação como “ambiental”, isto é, um campo de práticas e estudos de ações comunicativas que abrangem os atores envolvidos (dos cidadãos comuns aos cientistas e governos, entre outros) nas questões socioambientais e os meios e situações por onde circulariam “mensagens associadas a temáticas ambientais e ecológicas” (Aguiar & Cerqueira 2012, p. 12).

Percebo aqui uma conexão com o que traz a nossa Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9.795/1999). Seu texto descreve a educação ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil 1999). De acordo com o mesmo documento, é papel da educação ambiental, ainda, garantir a democratização de informações ambientais, fortalecer a consciência crítica e incentivar a participação coletiva e individual na “preservação do equilíbrio do meio ambiente” (Brasil 1999).

Essa similaridade de objetivos entre os dois campos de atuação, o da comunicação e o da educação ambiental, parece refletir-se nos estudos acadêmicos que envolvem estes campos. A partir de uma pesquisa realizada<sup>6</sup> no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com a palavra-chave “educação ambiental”, o resultado foi de 3.847 documentos de referência, número que cai para 733 quando se digita “comunicação ambiental” como palavra-chave. Finalmente, quando a palavra-chave é “comunicação ambiental em unidades de conservação”, há apenas 36 referências, sendo que cinco delas tratam diretamente do tema comunicação. No entanto, muitos destes trabalhos que se referem à educação ambiental trazem termos como “debate público”, “participação social” e “comunicação”. E ainda muitos trabalhos de comunicação ambiental trazem “educação ambiental” como uma de suas palavras-chave.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br>> . acesso em 5 de abril de 2013.



Já no que se refere a políticas públicas, há um marco que traz a conexão entre esses campos da comunicação e da educação ambiental. Trata-se da construção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), documento público lançado em 2011, pelo ICMBio e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Esse documento aponta princípios, diretrizes, objetivos e propostas de ações necessárias para se executar políticas públicas, programas e atividades de educação ambiental e comunicação voltadas ao “(re) conhecimento, valorização, criação e implementação das unidades de conservação federais, estaduais e municipais” (MMA/ICMBio 2011, p. 19). Entre suas diretrizes gerais, estão:

“1) fortalecimento da ação governamental na formulação e execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação); 2) Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de UC; 3) Estímulo à inserção das UC como temática no ensino formal; 4) Inserção das UC como temática nos processos educativos não-formais; 5) Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às UC e estímulo a práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental”.

(MMA/ICMBio, 2011, p. 9-10).

A ENCEA traz ao debate a noção de que, para garantir a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão de unidades de conservação, é preciso, entre outros, “incentivar e fortalecer programas e projetos de educação ambiental e comunicação” e “incentivar a apropriação dos meios de comunicação e produção de informação pelas comunidades e instituições envolvidas e afetadas na criação, implementação e gestão de unidades de conservação” (MMA/ICMBio 2011, p. 20-21). E alerta para o consenso de que ambos os campos são indispensáveis para a mobilização da população na gestão das UCs.

O diagnóstico que serviu de base à elaboração da ENCEA traz indícios interessantes sobre a relação entre esses campos, que se confundem na prática das UCs. Uma análise elaborada por Valenti *et al.* (2012) sobre este diagnóstico, que foi construído a partir de 56 questionários respondidos por gestores de UCs brasileiras, traz a informação de que a segunda atividade de educação ambiental mais apontada seria a “elaboração de panfletos”, instrumentos de comunicação (a primeira atividade de educação ambiental mais realizada pelas UCs seriam as realizadas em escolas, não necessariamente ligadas à gestão participativa, a exemplo de palestras e semanas de meio ambiente realizadas por analistas ambientais).

Não vou me estender sobre o conceito de educação ambiental, tão amplamente estudado por autores como Layrargues (1998), Carvalho (2004) e Guimarães (2009). Mas quero destacar um referencial da educação ambiental com foco na gestão participativa de UCs, que são os estudos de Loureiro *et al.* (2006). A partir de sua experiência junto ao Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, estes autores lembram que a educação é uma prática social, onde o ser humano se aprimora ao aprender e recriar os saberes de acordo com as exigências e necessidades da sociedade onde vive (Loureiro *et al.* 2006). Na gestão ambiental, eles explicam que a administração de uma UC e de seu entorno depende da compreensão sobre meio ambiente que essas pessoas têm, e a elaboração de um conhecimento comum – ou seja, de um diálogo – é parte dos objetivos do processo de educação ambiental na gestão da UC.

Os autores destacam que esse processo de educação ambiental estimula a participação pública na gestão, contribuindo para que os atores sociais se preparem para enfrentar conflitos que têm a ver não apenas com o uso dos recursos naturais, mas com o entendimento sobre seu uso. É um avanço no processo que ultrapassa as barreiras do que erroneamente algumas pessoas tendem a resumir como educação ambiental, ou seja, a realização de atividades pontuais, em escolas, ou breves oficinas e palestras. Nesse contexto, volto a Bordenave (1999), que afirma que a comunicação serve para que “as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente

e à realidade que as rodeia” (Bordenave 1999, p. 36). Não existe educação ambiental sem comunicação. Tal como traz a ENCEA, é preciso trabalhar os dois na gestão participativa das UCs, para tentar garantir a real participação dos atores sociais envolvidos.

Participação essa que precisa avançar para além de conteúdos repassados às pessoas – são necessários processos de aprendizagem coletiva e de compreensão do outro e de suas necessidades, para então se chegar a um denominador comum para, por exemplo, mobilizar em torno de resolução de problemas e conflitos. Paulo Freire, educador que é referência também na educação ambiental, lembra que é necessário dialogicidade nos processos educativos, onde ser dialógico é “não invadir, não manipular, não *sloganizar*” (Freire 1983, p. 49).

## A educomunicação e a gestão das UCs

Como vimos até agora, não existe educação ambiental sem comunicação, que tem papel preponderante nos processos educativos relativos a questões ambientais, e ainda na mobilização de atores ao diálogo e participação nas instâncias de controle social.

Um campo de práticas que conectam as áreas de educação e de comunicação pode potencializar essa interface, expondo fragilidades no diálogo e construindo reflexões e formas de se superar os desafios inerentes à interação entre diversos atores, com interesses muitas vezes diferentes e sem um entendimento comum sobre determinados temas. Trata-se da educomunicação, que também é citada nos princípios e diretrizes da ENCEA.

Soares (2000) descreve a educomunicação como um campo de intervenção social, no qual ações de planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos, fortalecem os chamados ecossistemas educacionais nos espaços educativos – expressão utilizada para descrever o esforço, do campo da educomunicação, em ampliar as relações de comunicação entre os envolvidos num processo educativo. Esse campo se firmou a partir de reflexões de práticas que utilizavam a comunicação para favorecer processos educativos, desde a atuação de movimentos sociais desde as décadas de 1970 e 1980. E ganhou corpo a partir da produção de pensadores que refletiam sobre a relação entre o educar e o comunicar, como Freire (1983), Kaplun (1999) e Martim-Barbero (2003). Embora muitos entendam apenas um dos aspectos da educomunicação, que seria o de grupos de pessoas criando ferramentas de comunicação para intervir na realidade onde vivem, Freire (1983) trouxe influência ao desenvolvimento do campo a partir de suas reflexões sobre o diálogo de saberes e se realmente nos disponibilizamos a realizá-lo. Já Kaplun (1999) é um dos defensores da ideia de que todo processo de ensino-aprendizagem (e esse processo pode ocorrer numa aula, mas também numa construção coletiva e ainda na própria gestão participativa) deve “dar lugar à manifestação pessoal dos sujeitos educandos, desenvolver sua competência linguística, propiciar o exercício social através do qual se apropriarão dessa ferramenta indispensável para sua elaboração conceitual” (Kaplun 1999, p. 71).

De acordo com Soares, existem quatro grandes áreas de intervenção social a partir do conceito de educomunicação, com princípios importantes a se considerar. Exponho aqui minha leitura a partir do pensamento de Soares (2000) e do subprograma de Educomunicação Socioambiental difundido pelo MMA (2008), sobre as contribuições da educomunicação para o campo da educação ambiental, entendendo que este último campo é inerente à gestão participativa:

- 1) *Educação para a comunicação* – Nessa área o foco é a reflexão crítica sobre a produção dos meios de comunicação. No campo da educação ambiental, significa propor uma leitura sobre a mídia, o que ela produz sobre questões socioambientais. Porém, mais do que refletir sobre os veículos de comunicação de massa, o olhar da educomunicação a partir deste princípio propõe também um cuidado, uma espécie de “preocupação educacional” com a produção de outros meios comunicativos, como cartilhas e outros materiais educativos no âmbito das UCs. Na prática, isso significa desde planejar com maior cuidado estes produtos educativos, até incluir de alguma forma, a participação

dos atores que são o público desses produtos em sua construção e avaliação. Essa participação também é uma forma de diálogo.

- 2) *Mediação tecnológica da comunicação* – Inclui a expressão dos atores sociais produzindo seus próprios meios, coletivamente, sejam jornais, programas de rádio, vídeos, *blogs*, utilizados para debater temas socioambientais. Esse princípio também trata da garantia de se incluir a utilização de Tecnologias de Informação e Educação (as TICs) de forma democrática, passando pela reflexão crítica sobre a utilização desses meios, que nem sempre é livre e autônoma. A prática desse princípio da educomunicação se estende ao estímulo de espaços de democratização da informática, como telecentros, mas precisa incluir também a democratização do uso das ferramentas por meio do ensino (crítico) de utilização do computador e dos recursos da internet. Destaca a ENCEA (MMA/ICMBio 2011) que estes materiais construídos coletivamente, além de valorizar a cultura local e a organização social, também podem contribuir para ampliar o diálogo na gestão participativa, abrindo espaço para negociações, esclarecimentos, favorecendo a troca de informações a partir do olhar comunitário, e não somente a partir do olhar do órgão gestor.
- 3) *Gestão da comunicação no espaço educativo* – A proposta do olhar educacional sobre a gestão da comunicação engloba o planejamento, a implementação e a avaliação de projetos e programas de educomunicação de forma participativa. Na prática, além de produzir mídia, esse olhar sugere que os atores sociais planejem, por exemplo, que tipo de mídia querem construir. Ou ainda, que estratégias de comunicação e produtos acham necessário implementar, por exemplo, no âmbito da gestão de um projeto ou programa. Até a presença de marcas financiadoras de um projeto, nessa ótica da gestão educacional, deveria ser debatida com os participantes envolvidos num projeto.
- 4) *Reflexão epistemológica* – É a quarta área de intervenção proposta por Soares: a realização de pesquisas acadêmicas para se refletir sobre o campo. No âmbito das UCs, trata-se de uma necessidade atual, pois há várias iniciativas práticas envolvendo educomunicação ocorrendo, e que precisam ser sistematizadas e analisadas sob o foco das contribuições à gestão participativa.

Na minha prática junto às três consultorias que tive a oportunidade de realizar nas UCs geridas pelo ICMBio no litoral do Extremo Sul da Bahia, tive a oportunidade de experimentar algumas dessas intervenções propostas pela educomunicação, que no fundo, tem como objetivo potencializar o que tanto a educação (ambiental) quanto a comunicação têm de positivo para favorecer o diálogo entre atores sociais envolvidos na gestão de uma UC. Na verdade, essa é a grande contribuição do campo da educomunicação: reforçar os princípios da comunicação e da educação, no nosso caso a ambiental, para que não se restrinjam a um ferramental de estratégias de convencimento e de repasse de informações, sem diálogo, sem troca.

Embora as atividades que realizei nas três unidades de conservação citadas tenham sido pontuais, isto é, tiveram pouco tempo de duração (menos de um ano), foi possível envolver públicos que, de alguma forma, estavam excluídos do processo de participação na gestão das UCs, ou por que não se sentiam representados no conselho da unidade, ou por não entenderem como se dá essa participação. Esses públicos, então ganharam voz junto à UC ao produzir jornais comunitários. Como foi o caso do grupo Tanara, que surgiu a partir das oficinas de comunicação realizadas para comunidades da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Aproximadamente 17 participantes produziram o jornal Tanara, lançado em setembro de 2009 durante uma festa de comemoração do aniversário da Resex. O grupo apresentou a proposta deste jornal em uma das reuniões do conselho e informou sobre os temas que trataram, desde a própria Resex, até o incômodo com questões como o estado precário de estradas da região. Posteriormente, o grupo produziu um novo número do jornal e continuou participando de reuniões do conselho, secretariando o mesmo, e chegou a participar de uma chamada de projetos, em 2011, quando ocorreram novas ações educativas utilizando os princípios da educomunicação.

A experiência mostrou uma das práticas mais associadas à educomunicação, que é utilização reflexiva - educativa de ferramentas de comunicação para interferir na realidade. Dentro de processos educacionais, com mediadores que possibilitem ao máximo a reflexão, estas ferramentas de comunicação são construídas pelos atores sociais envolvidos, na busca por processos mais democráticos de produção e distribuição de saberes.

Reforço que, na educomunicação, tão ou mais importantes que os produtos gerados (podem ser jornais, programas de rádio, vídeos) são os processos em que as informações circulam e recirculam. Produzir a pauta de um jornal a partir daquilo que interessa ou incomoda, pesquisar fontes e entrevistar pessoas que estão envolvidas nestes temas, é uma “boa desculpa” para que os atores sociais envolvidos no processo de construção de um veículo de comunicação comunitário tenham acesso à informação. Daí surge ou se desenvolve, também, a mobilização em torno de temas comuns para a comunidade.

Para o gestor de uma UC, o olhar das comunidades nestes veículos de comunicação trazem referências importantes para que também possa produzir diversas ações educativas a partir do que foi construído em tais mídias comunitárias– a exemplo da charge de autoria de Fernanda Azevedo, de Cumuruxatiba (BA), que traz uma reflexão interessante sobre o que significaria a Resex para os pescadores, a proteção dos recursos pesqueiros, e que poderia ser reproduzida em outros materiais envolvendo a UC, como cartilhas e folhetos:

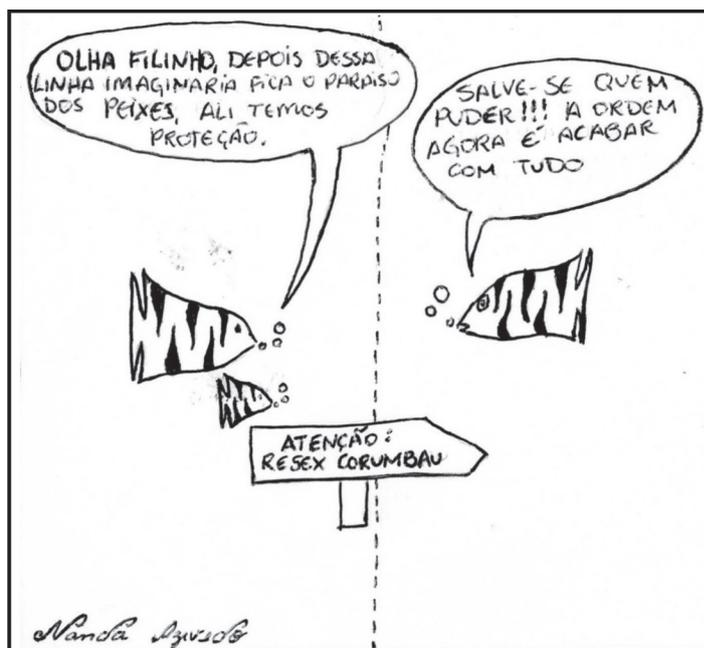


Figura 1 – Charge publicada no jornal Tanara 1.

Fonte: Jornal Tanara, Cumuruxatiba, set/2009.

Como vimos, as práticas de educomunicação favorecem bastante a troca entre saberes entre as comunidades dentro ou no entorno de uma UC, permitindo se trabalhar conflitos e questões comuns, e ainda aproximar estas comunidades do significado de uma área protegida, criando, de certa forma, multiplicadores de conhecimento. Como foi o caso da autora da charge, que resignificou, a seu modo, o que significaria para os pescadores a presença da Resex.

Essa aproximação de comunidades também foi um dos resultados positivos da consultoria realizada junto ao Parque Nacional do Pau Brasil (em Porto Seguro, BA), realizado em 2012. Por exemplo, 35 comunitários, incluindo moradores das Resex Marinhas do Corumbau e de Cassurubá

(em Caravelas, BA), participaram de uma vivência fotográfica dentro da UC, que ainda não era aberta a visitação. Embora por se tratar de um projeto pontual, não tenha sido possível avançar no debate sobre os conflitos e outros problemas envolvendo o parque, a intervenção possibilitou uma aproximação entre a gestão e os atores do entorno, muitos dos quais não conheciam o parque.

A aproximação entre conselheiros do Parque Nacional do Pau Brasil e comunitários também foi importante para a promoção de educação ambiental por meio de um jornal produzido por um grupo envolvendo estes públicos. Durante a produção do Pau Brasil Comunidade<sup>7</sup>, lançado em 2012, conselheiros ajudaram a esclarecer sobre o papel do parque e do próprio ICMBio, entre outros.

Não é foco deste artigo descrever todas as etapas dos processos de educomunicação que ocorreram nas três unidades citadas; apenas citei alguns exemplos de atividades e suas consequências para refletir sobre o quanto é possível realizar a interface entre educação ambiental e comunicação como processo. O jornal pode ter sido resultado; mas o processo de sua construção é que trouxe benefícios e questões que chamam a atenção. Caso das reportagens sobre um rio da região do parque, onde os “repórteres” tiveram acesso a informações da empresa de saneamento local, as quais normalmente teriam dificuldade em consegui-las. O jornal também valorizou a cultura local, com reportagens retratando moradores antigos e ainda o cultivo de mandioca de uma das comunidades do entorno do parque que estão bem distantes da participação no conselho.

Nessa consultoria do Parque Nacional do Pau Brasil foi possível avançar também na tentativa de se implementar a gestão de comunicação da UC por meio de um planejamento de comunicação coletivo, envolvendo os conselheiros da unidade. Mais uma vez, foi possível perceber o quanto os campos citados se entrelaçam: entre os objetivos da comunicação do parque, os conselheiros apontaram, entre outros, a difusão de informações do parque, o intercâmbio de informações entre o parque e a comunidade do entorno, e o fortalecimento do processo de educação ambiental por meio de ferramentas de *comunicação*.

### **Políticas públicas de comunicação e educação ambiental: recomendações**

Passados alguns anos de construção destas consultorias citadas, a falta de continuidade de ações como a produção dos jornais comunitários, pelas próprias comunidades, é a realidade atual. O grupo Tanara ainda se comunica, porém não realizou novas atividades. O jornal comunitário da turma do Parque Nacional do Pau Brasil também parou no primeiro número, e o planejamento de comunicação elaborado pelos conselheiros deste parque não foi levado adiante.

Podemos apontar diversos motivos internos ao projeto, à gestão administrativa das UCs ou ainda a falta de tempo e de priorização das ações pelas pessoas e instituições que participaram ativamente de sua construção, a mudança de gestores. Porém, há dois aspectos importantes, que pesam no sucesso ou alcance de trabalhos que envolvem educomunicação, ou, se preferirem, uma interface maior entre educação ambiental e comunicação, em unidades de conservação.

O primeiro deles: a proposta de governança coletiva a partir de instrumentos como o conselho tem muito que avançar, contando com o esforço do órgão gestor em se abrir para o diálogo. Por lei, é obrigação do órgão gestor responsável pela unidade de conservação a formar e manter o conselho<sup>8</sup>. É este órgão gestor que, entre outros, acaba tendo o papel de mediador de processos comunicativos entre os afetados pela UC, junto de instituições que estes afetados, inclusive, não têm acesso.

<sup>7</sup> Disponível para download em <http://www.youblisher.com/p/320107-Jornal-Pau-Brasil-Comunidade>.

<sup>8</sup> Segundo a lei nº 9985/2000, que instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Esse mediador tem que lidar com os diversos interesses envolvendo a UC, e conseqüentemente, com os diversos entendimentos sobre questões ambientais locais. E a comunicação que se dá nestes espaços participativos pode se compor de elementos que Aguiar & Cerqueira (2012) chamam de “disputas discursivas”. Diferentes interesses dos atores sociais sobre o uso dos recursos naturais pautam seus discursos, que podem ser legitimados ou não, a depender da qualificação e da autoridade de quem profere tais discursos – e mesmo como mediador, este órgão gestor ainda é a “autoridade máxima”, pelo menos do ponto de vista da legislação, como ator social que influencia como se dão as dinâmicas das relações entre os afetados pela unidade de conservação.

Ter um conselho gestor, por si só, não garante uma real participação social. Para isso é preciso investimento em formação, ampliação deste espaço e insistência do órgão gestor em se abrir para o diálogo, e o gestor-mediador precisa ter referencial para receber essa abertura. Por outro lado, a sociedade também precisa se apropriar realmente deste espaço de representação política, cobrar do Poder Público, dar voz a “sua voz”.

O segundo aspecto: para garantir que projetos de educação ambiental e educomunicação não sejam atividades pontuais e tenham continuidade, é preciso mais do que um “esforço” de um ou outro gestor de uma unidade de conservação, pois, inclusive, esses gestores mudam. É necessário implementar, de fato, as políticas públicas que envolvem a interface entre as áreas de educação ambiental e comunicação.

Temos uma avançada legislação de educação ambiental, que avançou para políticas públicas como o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), desenvolvido para articular e potencializar “ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria ambiental” (MMA, 2005). Também temos documentos norteadores específicos para as unidades de conservação, como a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) e o Programa de Educomunicação Socioambiental do MMA, que utilizei como referência nos trabalhos de consultoria realizados para a Resex Marinha do Corumbau e os Parques Nacionais do Pau Brasil e do Descobrimento.

A iniciativa da ENCEA representa um importante esforço e avanço, e o reconhecimento público do papel da Comunicação e da Educação Ambiental nos processos de elaboração de políticas públicas de manejo em áreas de preservação ambiental. Na prática, porém, as diretrizes da ENCEA ainda não foram incorporadas pelo próprio órgão que participou de sua criação, o ICMBio. Nem todo gestor conhece o que é este documento e também não foram criados, até o momento, mecanismos que possibilitem a sua adoção em processos de gestão participativa.

Só é possível investir em processos educativos na gestão refletindo, divulgando e ampliando os conceitos de educação ambiental, acesso a informação e participação pública. O entendimento sobre a possibilidade de diálogo que a comunicação proporciona, para além das ferramentas, interfere de forma positiva nos processos educativos, e isso pode ampliar a participação social. Em outras palavras, não basta uma unidade de conservação criar uma página no *Facebook* ou um *site* na internet. É preciso avaliar, com os atores sociais envolvidos na gestão – os conselheiros, em primeira instância – o que, como, porque comunicar.

Comunicação é diálogo, e retorno. É grande a responsabilidade, numa gestão participativa, sobre a garantia às informações que as comunidades dentro e no entorno precisam para participar (mais do que colaborar) da gestão de uma UC. Articular instâncias federais, estaduais e municipais também é importante para garantir este retorno, por exemplo, sobre temas e papel de instituições que interferem diretamente no dia-a-dia das populações que influenciam e são influenciadas pela gestão. Do contrário, moradores como aqueles que citei, que vivem no entorno do Parque Nacional do Descobrimento, continuarão sem saber a quem recorrer, por exemplo, para pedir autorização de atividades como o “recolhimento de madeira caída”.

É importante investir também em atividades de educomunicação, que ajudam no processo de difusão de informações e no diálogo, a partir do olhar comunitário, a exemplo de minhas

experiências e outras que ocorrem em UCs como a Resex de Cassurubá e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que incentiva processos de comunicação comunitária também no Extremo Sul baiano.

Reforço novamente a necessidade de a política pública ser incorporada nas práticas da gestão participativa das UCs, especialmente a ENCEA. Ainda que o documento ainda não seja conhecido por todos os gestores, vale o esforço dos departamentos de educação ambiental tanto do ICMBIO e do Ibama quanto do próprio MMA, em construir instruções normativas, termos de referência, cursos de formação específicos, entre outros, a partir dos esforços propostos pela ENCEA.

Por parte da sociedade, incluindo a academia, é preciso haver mais esforços para se pensar indicadores de impactos de processos que envolvem educação ambiental, comunicação e educomunicação. Estes indicadores, no entanto, precisam ser trabalhados também pelos órgãos gestores das UCs, para que se incluam nos relatórios de gestão destas áreas.

Aprópria ENCEA recomenda que os processos de implementação, monitoramento e avaliação de suas diretrizes “devem ser realizados em movimento sincronizado e partilhado entre os órgãos de governo federais, estaduais e municipais”, integrando ações públicas e ainda as desenvolvidas por empresas privadas (como o caso das consultorias) e organizações não-governamentais.

Para atingir esse universo, além de “processos de formação continuada de educadoras/es ambientais que atuam nas UCs”, como recomendam Valenti *et al.* (2012), é preciso um esforço para mapear as experiências que já estão ocorrendo em todo o Brasil. Só assim será possível pesquisá-las, avaliá-las e ampliá-las no âmbito de todas as etapas de criação e gestão das UCs - das consultas públicas a elaboração de planos de manejo.

Só assim é que poderemos entender melhor sobre qual comunicação queremos para a gestão participativa das UCs, avançando do discurso da persuasão e do convencimento para o diálogo real. Mais ainda, é pela prática e pela reflexão que poderemos perceber, cada vez mais, o quanto comunicação e educação ambiental são conceitos que se complementam e se re-significam.

## Agradecimentos

Aos gestores Ronaldo Oliveira (chefe da Resex Marinha do Corumbau), Eurípedes Pontes Junior (ex-chefe do Parque Nacional do Descobrimento) e Raquel Mendes Miguel (à época da consultoria, na gestão do Parque Nacional do Pau Brasil, e atual chefe do Parque Nacional de Monte Pascoal), pela confiança depositada na construção dos projetos de educação ambiental e comunicação. As consultoras Camila da Cunha Michelin, Maiara Ribeiro e Raquel Galvão, que também contribuíram para a construção e implementação das atividades no Parque Nacional do Pau Brasil. E não menos importante: agradeço às comunidades dentro e no entorno das UCs em que atuei, especialmente ao Grupo Tanara, de Cumuruxatiba.

## Referências Bibliográficas

- Aguiar, S. & Cerqueira, J.F. 2012. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. **Revista Comunicação e Inovação**, 13(24): 11-20.
- Biodiversitas, Fundação. **Relatório das reuniões – Diagnóstico com as comunidades do entorno do ParNa do Pau Brasil**. Produto integrado à elaboração do plano de manejo da unidade de conservação. 2009. Não publicado.
- Bordenave, J.E.D. 1999. O que é comunicação? 23ª reimp. São Paulo: Brasiliense. 108p.
- Brasil. 1999. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF

- Brasil. 2003. Lei nº 10.650/2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, Brasília, DF.
- Brasil. 2011. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF.
- Carvalho, I. 2004. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez Editora. 258p.
- Freire, P. 1983. **Extensão ou comunicação?** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 7ª edição, 51p.
- Furriela, R.B. 2002. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente.** Annablume/FAPESP, São Paulo, 193p.
- Guimarães, M. 2009. A dimensão ambiental na educação. 9ª ed. Papirus Editora, Campinas, 107p..
- Jacobi, P. 1996. A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo. p. 177-187 In: Ferreira, L.C. & Viola, E. (org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Editora Unicamp, São Paulo.
- Kaplun, M. 1999. Processos educativos e canais de comunicação. Revista Comunicação & Educação, 5(14) : 68-75.
- Layrargues, P.P. 1998. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. Pp. 108-113, In: Mata, S.F. *et al.* (orgs.) . Rio de Janeiro: Terceiro Milênio. 359p.
- Loureiro, C.F.B.; Azazel, M. & França, N. 2006. **Educação ambiental em unidades de conservação.** IBASE/Instituto Terrazul/Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro. 30p.
- Martim-Barbeiro, J. 2003. **Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia.** 2ª ed., Editora UFRJ, Rio de Janeiro. 360p.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA). 2008. **Programa de educomunicação socioambiental – comunicação popular e educação ambiental.** Ministério do Meio Ambiente/DEA/CGA, Brasília.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA). 2005. **Programa nacional de educação ambiental.** Brasília, DF.
- MMA/ICMBio. 2011. **Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília, DF: MMA/ICMBio. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/publicac3a7c3a3o-encea.pdf>> . Acesso em: 2 mar. 2013.
- Soares, I.O. 2000. Educomunicação: um campo de mediações. **Revista Comunicação & Educação**, 19: 12-24.
- Soares, I.O. 2002. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. 2002. **Revista Comunicação & Educação**, 20: 16-25.
- Valenti, M.W.; Oliveira, H.T.; Dodonov, P. & Silva, M.M. 2012. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, 28(1): 167-188.
- Zhour, A.; Laschekski, K. & Pereira, D.B. (orgs.). 2005. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Editora Autêntica, São Paulo. 292p.